

**FACULDADES INTEGRADAS SANTA CRUZ DE CURITIBA – FARESC
IN LITTERAS – REVISTA DOS CURSOS DE LETRAS E PEDAGOGIA**

FORMAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR À LUZ DA FORMAÇÃO HUMANA

MELLO, Eloisa Helena¹
PIZYBLSKI, Luciana Montes²
DAL FORNO, Márcia Rakel Grahl³

RESUMO

O presente trabalho discute e analisa a Formação Continuada do docente no Ensino Superior concatenando em sua relevância para a qualidade do ensino, sob a perspectiva da formação humana. Pensar na formação humana na sociedade capitalista nos remete a reflexão de que homens queremos formar. Considerando que educar é um ato político faz-se necessário analisar quem é este educador, qual é o seu perfil, formação, que características deveriam ser inerentes à prática docente. Como se sabe, a formação inicial do professor do ensino superior não basta, quando se busca maior qualidade de ensino. A responsabilidade de ser professor na atualidade se tornou mais complexa diante dos inúmeros desafios a serem superados, pois, as salas de aula dos diversos cursos superiores espalhados pelas diversas instituições públicas e privadas no Brasil, contemplam a cada dia situações adversas que desafiam o docente a buscar estratégias de ensino que ultrapassem o conhecimento técnico. O que pretende-se apresentar é uma reflexão baseada em realidades presentes nos cursos superiores, neste artigo especificamente, a experiência de uma faculdade particular de Curitiba e uma faculdade de Ponta Grossa, em que as experiências nestas instituições observadas, transitam pelo mesmo campo de contradições, expressando uma realidade que representa um ciclo de formação que se estabelece e se repete nas mais diversas formas de atuação do docente em nível superior. Discute-se formação inicial e formação continuada, condicionantes importantes da qualidade de ensino, mas que estão sob o interesse da hegemonia do capital. Conclui-se que nada se fará sem que aconteçam planejamento e ações na educação, e sem que se tenha um olhar especial ao professor. Muito se exige de sua atuação e pouco se faz por ele. A começar pela sua formação que precisa ser revista como um processo emancipatório e humanizador.

Palavras-chave: Formação. Hegemonia. Emancipatório.

¹ Doutoranda em Educação (UTP). Mestre em Educação Políticas Públicas (UTP). Assessora Pedagógica da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.

² Doutoranda em Educação: Políticas Públicas (UTP). Mestre em Educação Professora do Curso de Administração da Faculdade Secal.

³ Doutoranda em Educação: Políticas Públicas (UTP). Mestre em Educação : Políticas Públicas (UTP). Graduada em Pedagogia pela UFPR. Professora das Faculdades Santa Cruz. Pedagoga Do Colégio Estadual Anita Canet – FZR. SEED-PR.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo trata da Formação Continuada no Ensino Superior e sua influência direta na formação dos estudantes de nível básico das escolas de ensino fundamental, concatenando em sua relevância para a qualidade do ensino sob a perspectiva da formação humana

Apresenta-se elementos para incorporar uma discussão acerca da qualidade da formação inicial da Educação Básica, transita pela formação inicial de Ensino Superior e sinaliza a necessidade de se repensar em uma formação continuada do ensino superior com maior qualidade, principalmente nos cursos de licenciaturas.

Para incorporar as reflexões elencadas neste texto expõem-se alguns dados referentes as avaliações externas de desempenho escolar da Educação Básica dos anos iniciais e finais, bem como algumas experiências observadas nos cursos de licenciaturas do ensino superior.

As condições de conhecimento e desempenho acadêmico dos ambos níveis de ensino, superior e educação básica, levaram a uma configuração tão preocupante em relação a sua qualidade de ensino e as consequências que está ausência e/ou pouca qualidade pode ocasionar no futuro da sociedade, que se coloca no âmbito das discussões nos diversos grupos de docentes e gestores questões a serem refletidas para a busca de um diagnóstico mais preciso e consequentemente ações de superação.

Esta necessidade de compreender os motivos desta condição, de certa forma, precária, de ensino que se estabeleceu, nas escolas e universidades em todo o país, tem sido um aspecto de extrema relevância para pesquisas de todos os níveis, o que justifica a importância deste texto, visto a sua relevância para o meio acadêmico.

Diante dos apontamentos feitos este texto parte da seguinte problematização: A qualidade de ensino e/ou a sua ausência ou ineficiência é devido a formação de ensino superior ou da formação da educação básica? A formação inicial e continuada se estabelecem em que condições diante dos desafios postos na atualidade? O ensino se configura para a superação das condições mercadológicas ou para manter as desigualdades sociais oriundas de uma sociedade injusta e desigual? Enfim a educação está a serviço de quem e para quem?

Os aspectos a serem discutidos e estudados se estabelecem em uma proporção bem acima dos que permitem elucidar em um artigo, porém os objetivos fundamentais permeiam acerca de em um primeiro momento proporcionar elementos de reflexão baseado em dados e experiências no intuito de sensibilizar o maior número de docentes para que estas reflexões sejam disseminadas nos diferentes espaços de educação.

2 DESENVOLVIMENTO

Primeiramente é importante salientar que educar é uma prática social, é um ato político com intencionalidades. Saviani (1991, p. 29) afirma que: “a escola é a mediadora entre o conhecimento popular e o erudito no sentido de superação”. Dessa forma a responsabilidade pela sistematização dos conteúdos de forma a superar o conhecimento prévio dos alunos, cabe a esta instituição. Ultrapassa a transmissão de conhecimento para uma formação humana, global capaz de fazer o aluno conhecer sua realidade e poder intervir nela.

Neste compromisso, faz-se necessário analisar quem é este mediador, qual é o seu perfil, formação, que características deveriam ser inerentes a prática docente. Como se sabe, a formação inicial do professor do ensino superior não basta quando se busca maior qualidade de ensino.

Pensar em melhorar a qualidade de ensino pressupõe que os alunos se apropriem dos conteúdos previstos de forma a transferir tal conhecimento para a aplicação significativa em sua vida. É preciso mais que aquisição de conhecimento, é preciso a formação humana capaz de fazer do aluno sujeito de sua própria história. Ferreira (2008, p. 58) defende que,

[...] trata-se da importância de uma formação que supere as obviedades próprias do pensamento linear, da formação alicerçada no senso comum sem a consciência crítica esclarecedora que oportuniza a capacidade de compreender a realidade desvendando o fenômeno em sua totalidade.

Nessa perspectiva o professor precisa muito mais que ser detentor de conhecimentos, pois para que seja responsável pela formação humana dos seus alunos, necessita extrapolar o convencional de formação técnica e oportunizar o diálogo, a reflexão, o incentivo a pesquisa para que seus alunos sejam capazes de compreender a necessidade do buscar, do saber, haja vista, que tal compreensão lhe conduzirá a novos olhares e consequentemente oportunidades de construir sua própria história.

A LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) n.º 9.394/1996 declara no art. 52: “As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano”.

Na referida lei não se aborda quem deva ser esse professor do ensino superior, mas ressalta-se em percentuais a necessidade de mestres e doutores para constituir o quadro docente: um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

Dessa forma, por vezes quem assume a docência no ensino superior tem conhecimento técnico, porém não compreende sua relevante contribuição na formação humana do aluno.

“A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado ou doutorado” (BRASIL, 1996, art 66).

Importante ressaltar que é necessário que o professor domine o conteúdo de sua disciplina, entretanto na perspectiva da formação humana. O professor precisa além de dominar seu conteúdo, instigar o aluno à pesquisa de forma que este se aproprie da importância de aprender e de buscar. O conhecimento lhe trará a liberdade de analisar o contexto em que vive e assim poder superá-lo.

[...] a educação desempenha o papel de formar o novo homem para a nova sociedade, uma educação que possibilite o acesso de todos à cultura universal e aos bens decorrentes dela; uma educação que desenvolva todas as dimensões e potencialidades e garanta a emancipação humana. (LOMBARDI, 2016, p. 29).

Nesse sentido, a troca de experiências entre os docentes, com momentos de interação, discutindo e refletindo sobre sua prática são fundamentais no processo de formação. O professor não é um profissional isolado, ele precisa estar próximo a seu coordenador e também a seus pares para que se permita construir-se coletivamente.

Precisa refletir sobre seu planejamento, fazer parte da Instituição do Ensino Superior envolvendo-se no processo de educação de todos seus alunos, participar da elaboração da Proposta Político Pedagógica, envolver-se nesse processo formativo.

A contraponto, Lombardi (2016) afirma que não se tem muito a comemorar no que se refere: a investimento para a formação de professores, sucateamento dos prédios escolares, baixos salários obrigando docentes a uma dupla ou tripla jornada de trabalho, sem condições de adquirir livros, sem poder estudar e atualizar-se. Sintetiza em: “uma educação pobre, para pobres, alienada e alienante” (LOMBARDI, 2016, p. 28).

Dessa afirmação, entende-se que a formação continuada acontece conforme a intencionalidade das Instituições, pois ao Estado não interessa tal investimento. Fornecer salários dignos aos professores para que possam investir em estudo e material para aperfeiçoamento pode tornar-se uma ameaça ao Estado, um instrumento de luta por parte dos docentes no que se refere à efetivação de seus direitos.

Consequentemente a formação humana pode não ser interessante ao Estado. No sistema capitalista é necessário que os alunos sejam bem formados para atender a demanda do mercado. Ser protagonista, competente, aprender a aprender, a fazer e a ser, corpos passivos, adequados ao mercado de trabalho são características fundamentais na intencionalidade de gerar lucros. Transformar tal realidade é possível...

Para isso, a formação do educador deve necessariamente contemplar os aspectos históricos, filosóficos e políticos de forma indissociada, permitindo compreender o homem, sua história e transformá-lo. Como educadores, é preciso fazer da educação um espaço de apropriação do conhecimento e da cultura historicamente acumulada um espaço de reflexão sobre a realidade existente e que permita realizar uma ação e uma educação efetivamente transformadora (LOMBARDI, 2016, p. 30).

Ressalta-se que o professor precisa compreender historicamente a evolução de seu papel enquanto mediador desse processo de formação humana. Nesse processo o docente, principalmente do setor público encontra alguns desafios. Entre eles encontram-se a falta de tempo para investir em cursos de formação devido a sua carga horária, dificuldades financeiras, falta de incentivos como o plano de cargos e salários, salas sem estrutura, falta de materiais e recursos para trabalhar, equipe de trabalho fragilizada onde alguns exercem a docência apenas como renda extra, má formação inicial entre outros.

Romper com tantas dificuldades é possível a partir de que o docente, enquanto sujeito transformador, se posicione e tome frente a tais situações. Afirma, Castelli (2012, p. 7):

[...] mais do que uma postura reflexiva, o professor necessita desenvolver a autonomia intelectual como emancipação para a liberação profissional e social das opressões para que sejam superadas as distorções ideológicas, com consciência crítica, na busca de mudanças do ensino e, por consequência, mudanças sociais na reconstrução da vida humana. Propõe, ainda, uma análise de cada um dos modelos a partir da visão da autonomia do professor, autonomia essa que tem como foco não somente o profissional, mas sim todo o seu entorno, pois a prática pedagógica é um “ato público”, é complexo e relacionado com a realidade.

Diante disso, a responsabilidade de ser professor na atualidade se tornou mais complexa diante dos inúmeros desafios a serem superados, pois sob a ótica apresentada por Castelli, em que o professor precisa desenvolver a autonomia intelectual, ou seja, ensinar a pensar, coloca-se a educação na contraposição de muitos interesses, pois formar indivíduos pensantes, críticos fragiliza uma sociedade que precisa manter o seu povo de forma alienada para que um pequeno grupo se mantenha no poder e continue a se beneficiar dele para interesses individuais, o que trona-se mais difícil diante de uma sociedade pensante, atuante, culturalmente enriquecida de conhecimentos.

Os interesses são antagônicos, e nesta ótica se contradizem e estabelecem uma certa disputa de interesses, em que a Educação está a serviço do povo e a sua mantenedora está servindo-se do povo, logicamente que existe uma máscara sobre estes interesses e que precisam se tornar cada dia mais evidentes para serem superados. Portanto a análise deve permear considerando e compreendendo as intenções que ficam ocultas a sociedade, o que só é possível mediante a capacidade de pensar, de refletir criticamente sobre a realidade estabelecida.

Estes interesses ocultos, se configuram nas instituições de ensino públicos e privados que reproduzem está lógica que permeia sob dois grandes objetivos: se manter no poder e/ ou gerar lucro acima de qualquer condição.

Sob esta perspectiva constitui-se a complexidade da atuação profissional dos docentes, cercada de contradições e de interesses contrários e conflituosos, e vivencia-se nas salas de aula dos diversos cursos superiores espalhados pelas diversas instituições públicas e privadas no Brasil, situações adversas que desafiam o docente a buscar estratégias de ensino que ultrapassem, além das contradições externas ao conhecimento inerente a profissão, o conhecimento técnico, exigindo uma compreensão mais humana, de formação integral de homem, conhecimentos mais didáticos, sobre as concepções de educação, de avaliação, de currículo, enfim conhecimentos pedagógicos que se concentram na grande maioria em cursos de licenciaturas, e prioritariamente no curso de Pedagogia, o que para muitos docentes de outros cursos se torna algo totalmente novo.

O que pretende-se apresentar é uma reflexão baseada em realidades presentes nos cursos superiores, neste artigo especificamente a experiência de uma faculdade particular de Curitiba e uma faculdade de Ponta Grossa, em que as experiências nestas instituições observadas, transitam pelo mesmo campo de contradições, expressando uma realidade que representa um ciclo de formação que se estabelece e se repete nas mais diversas formas de atuação do docente em nível superior. Estas contradições se manifestam em dois aspectos importantes a serem destacados:

1. O primeiro já mencionado neste texto diz respeito formação específica e pedagógica dos docentes de nível superior;
2. O segundo está relacionado a formação dos alunos que chegam ao curso superior, formação esta que preocupa de forma significativa a qualidade da formação profissional destes mesmos alunos.

Os aspectos acima citados precisam ser inseridos nas discussões de congressos e reuniões nos mais diversos campos de atuação de docentes, pois esboçam um ciclo que vem se repetindo a nível nacional e que parece estar em um processo cíclico que corrobora para manter uma educação alienada que objetiva manter a sociedade de classes e a desigualdade social. O que se espera com a formação dos futuros profissionais e principalmente dos futuros professores é que este ciclo se reverta, e que a Educação seja direcionada para uma formação emancipatória, transformadora da realidade, o que na prática se concebe como o desafio maior a ser superado.

Em uma análise inicial constatou-se através de perguntas informais sobre o desempenho dos alunos e a qualidade de formação dos mesmos aos docentes dos cursos de Letras, Pedagogia, Direito e Administração da faculdade particular de Curitiba e do curso de Matemática da Faculdade de Ponta Grossa, sobre os conhecimentos que os alunos destes cursos tem como bagagem ao iniciar o curso superior e constatou-se que de forma geral é muito inferior ao que havia um tempo atrás, é unânime a preocupação dos docentes com este primeiro contato dos alunos com os conteúdos técnicos. Os docentes sinalizam para o fato de que os alunos não tem domínio da escrita, da leitura e de interpretação de textos orais e escritos, bem como dificuldades de raciocínio lógico e de resolver situações problemas que exigem conhecimentos de matemática básica, dificultando de forma significativa a formação técnica/ profissionalizante em que se propõe o curso superior.

Observa-se que muitas faculdades organizam cursos paralelos de formação básica nas áreas de Matemática e de Língua Portuguesa, como recurso de superação e de nivelamento de conhecimento para prosseguir com os conteúdos propostos na ementa das disciplinas, pois sem o mínimo de conhecimento básico, fica inviável a formação profissional.

Esta realidade já era foco de discussão na ANPED – SUL de 2012, realizada na cidade de Caxias do Sul no estado do Rio Grande do Sul, onde o tema maior se concentrava em pesquisas relacionadas à formação superior e seu distanciamento com a Educação Básica. Este evento sinalizava para um problema ainda maior, pois observava-se que os cursos de licenciatura concentravam os alunos que de certa forma obtinham uma formação de nível médio inferior aos cursos de outras áreas, parecia que os alunos com menor rendimento acabavam encaminhando-se para os cursos de licenciaturas, ou seja os alunos dos cursos de licenciatura chegavam com conhecimentos básicos abaixo do esperado, fazendo com que os professores adaptassem os conteúdos das ementas para que os alunos pudessem acompanhar, como consequência acarretava em uma deficiência no conhecimento técnico que se perpetuava até a conclusão do curso superior, ou seja, se formavam com prejuízos acadêmicos oriundos da deficiência de formação básica, que necessariamente era superada na graduação.

Estes profissionais formados com certa deficiência acadêmica voltavam para atuar na educação básica onde eram responsáveis pela formação inicial dos alunos, e que de certa forma reproduziam o ciclo de uma formação básica cada dia mais deficitária, formando novos alunos que inevitavelmente, tornam-se alunos oriundos dessa formação reprodutivista e que chegam ao curso superior com conhecimentos insuficientes, reforçando um ciclo de formações ineficientes e recorrentes.

A formação humana deve ser pensada de forma contínua e única, entendendo que a atuação ativa do indivíduo na sociedade depende dos conhecimentos por ele apropriados e reelaborados, do desenvolvimento da sua capacidade de pensar criticamente, bem como da intencionalidade que dará sentido a toda ciência constituída até o presente momento, compreendendo que a formação inicial é tão importante quanto à formação profissional de nível superior, e que uma depende da outra para alcançar um alto nível de qualidade.

A educação no mundo globalizado se configura em grandes desafios e contradições, os objetivos se encontram e se desencontram em interesses antagônicos, pois se dividem entre os interesses oriundos do sistema capitalista, visando o lucro e o mercado de trabalho, paralelamente os interesses da formação integral e humana com objetivos de transformação e emancipação. Diante desta contrariedade encontram-se os docentes que ao meio desta globalização ficam entre a necessidade de manter o emprego e de atuarem de forma mais incisiva, ativa.

Esses desafios impostos ao exercício da profissão docente, remetem à sua formação que deve estar à altura das novas determinações impostas pelas mudanças da sociedade e sobretudo, que essa formação seja capaz de promover a transformação da realidade deficitária do Ensino Básico e no ensino em todos os seus níveis de graduação no Brasil. No entanto, este campo de estudo e as atitudes necessárias a serem tomadas não representam tarefa fácil e o ponto de partida para análises mais aprofundadas são as séries iniciais. A complexidade das ações que permeiam este estudo são assim explicadas por Nascimento e Cabral (2010):

Discutir a formação de professores dos anos iniciais do ensino fundamental, enquanto possibilidade de construção de saberes necessários à prática pedagógica é uma tarefa complexa que exige dedicação, já que há problemas que são intrínsecos às questões epistemológicas, sociais e culturais relacionadas às políticas públicas direcionadas à educação, tendo em vista, a vivência de teoria e prática, as concepções de sociedade, homem e as técnicas disponibilizadas pelas instituições nos cursos de formação.

Entende-se que essas atribuições para a formação do professor devem ser contempladas nos cursos que o habilitam ao exercício da profissão e nas políticas públicas que designam os caminhos da educação no país. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394/96, art 62:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade Normal (BRASIL 1996, p. 18).

A outorga da lei quanto a atuação de professores de nível médio na modalidade Normal, para os cinco primeiros anos do ensino fundamental, traz a contradição daquilo que se pretende na transformação da educação brasileira e do pouco que se requer na formação do profissional da educação para trabalhar e alcançar as metas estabelecidas. A formação a nível médio, o curso Normal, destacada a sua devida importância, dá mostras de não habilitar o professor devidamente para os embates da tarefa que exercerá, e para os desafios impostos no século XXI. Esse profissional da educação possivelmente continuará sua formação, mas até que obtenha a formação superior, estará no exercício docente nos muitos municípios de norte a sul do país.

Em consonância com as fragilidades dessa formação têm-se as afirmações de Mello (2000, p.99): "Não é justificável que um jovem recém-saído do Ensino Médio possa preparar-se para ser professor de primeira a quarta série em um curso que não aprofunda nem amplia os conhecimentos previstos para serem transmitidos no início do ensino fundamental".

Na prática, essa falta de aprofundamento em conhecimentos que serão transmitidos no Ensino Fundamental pode ser constatada pelos docentes que trabalham na formação do Normal. Como professora de Matemática nas três séries que compõem o curso de professores nessa modalidade, por mais de uma década, ano após ano, questionou-se os alunos sobre o porquê de suas escolhas pelo "magistério". Muitos revelaram que fugiram do Ensino Médio convencional por não gostarem de disciplinas como: Matemática, Física e Química. E a percepção que se teve foram de grandes dificuldades com a matemática básica, nos raciocínios lógicos, e na resolução de problemas, exigindo um trabalho à parte para a compreensão, de grande parte desses alunos. Acredita-se que a situação vivida não representou caso isolado. Essa situação trouxe muitas reflexões, a primeira delas é que serão esses alunos com suas dificuldades que farão os primeiros ensinamentos de matemática, como a numeralização e as quatro operações básicas (adição, subtração, multiplicação e divisão).

A admissão para a docência, por meio dos concursos públicos, pode não contemplar a formação específica exigida na prática. As pesquisas de Gatti e Nunes (2009) revelam que a seleção dos profissionais das redes públicas de educação é centrada, majoritariamente, em questões objetivas que cobram um conhecimento ligado, sobretudo à legislação, ao conhecimento do sistema e suas normas, como os exemplos a seguir:

- Poucas questões dos concursos referem-se a fundamentos da educação e, sobre a prática docente, são praticamente ausentes;

- Os itens são na sua maioria relativos a conteúdos teóricos, e esses são abordados de modo superficial, limitando-se a uma verificação formal de um dado conteúdo previamente solicitado, sem procurar articulá-lo com aspectos relevantes para a educação, a escola ou a sala de aula;

- Acentua-se nos últimos anos a tendência a aparecer nessas provas de concurso exame de conteúdos de Língua Portuguesa, e, em alguns casos também, de Matemática, relativos ao ensino nas primeiras séries do ensino fundamental. Isto parece indicar uma preocupação dos gestores das redes de ensino com o domínio dos conhecimentos quanto aos conteúdos que deverão os futuros professores vir a ensinar em suas salas de aula;

- São muito poucas as questões relativas a didática específica ou metodologias de ensino que aparecem nos concursos, e assim, não pesam na distribuição dos itens das provas e seus resultados (GATTI; NUNES, 2009, p. 55).

Entende-se que a tendência dos concursos nos últimos anos que contemplam conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática, buscam a obtenção da qualidade na educação, sem detrimento a outros saberes necessários ao docente. Não obstante a essas situações de se admitir professores com a formação apenas no curso Normal, há o enfrentamento da ausência total de formação do professor. Segundo Brzezinski (2008) foi bastante cruel a realidade do Ensino Fundamental que contou e ainda conta com os chamados “professores” leigos. Os dados foram obtidos pelo Censo Escolar (INEP/MEC, 1995), O número absoluto de funções docentes ocupadas por pessoas leigas era de 64.830, uma situação alarmante.

Também destaca que as iniciativas tomadas para a capacitação dos leigos na educação, como o Programa de Formação dos Professores em Exercício (PROFORMAÇÃO), financiado pelo Banco Mundial trouxeram bons resultados. Na pesquisa realizada em 2005, constatou-se a redução de leigos na docência nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste brasileiras. A Tabela 1 apresenta os dados obtidos nas duas pesquisas, 1995 e 2005:

Tabela 1 – Docência leiga no Brasil em 1995 e 2005

REGIÕES	Docentes leigos em 1995 em %	Docentes leigos em 2005 em %
Norte	37%	2,4%
Nordeste	30%	1,9%
Centro-Oeste	14%	0,8%
Sul	9%	-
Sudeste	3%	-

Fonte: BRZEZINSKI (2008).

Esses resultados confirmam que os efeitos das ações imediatas e o planejamento de ações podem mudar a situação do ensino no Brasil, mas para isso o interesse público teria que se voltar com maior intensidade e rapidez aos inúmeros problemas que debilitam a educação nacional. O ideal a que se deve aspirar para a formação do professor é que se tenha como requisito básico, na LDB a formação superior para trabalhar no ensino fundamental. Não se pode admitir qualidade sem formação adequada. Nesse aspecto, Gatti e Nunes (2009, p. 10) asseveram:

Considerando que o próprio conceito de educação básica foi alargado pela Constituição de 1988, passando a compreender, além do ensino fundamental, a educação infantil, e o ensino médio, e que a formação de seus professores passou a ser oferecida predominantemente em nível superior, em cursos que obedecem a recentes Diretrizes Curriculares Nacionais, editadas a partir de 2001 [...]

A formação do professor tende a ser em nível superior e segundo as autoras, a licenciatura em Pedagogia responde pela formação de professores 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental e da Educação Infantil, e as licenciaturas de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências Biológicas, respondem pelo maior conjunto de aulas no Ensino Fundamental.

Contudo, o problema da formação superior docente, embora relevante, não se estabelece como fim em si mesmo, a situação do ensino brasileiro suscita mais. A continuidade na formação docente se faz importante, pois outro problema se estabelece: o baixo rendimento dos alunos da Educação Básica. As aferições promovidas pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), criado com o intuito de medir a qualidade do aprendizado nacional nas redes privadas e públicas, divulgado a cada dois anos. Os resultados da pesquisa em 2015, relatam que houve avanços, embora muitos alunos do país ainda apresentem um nível de proficiência muito abaixo do desejável. O IDEB da rede pública em 2015 foi de 5,3 e o IDEB geral do país foi de 5,5. As estatísticas a seguir (Figura 1) apresentam os dados observados e as metas da educação nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

	IDEB Observado						Metas					
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2021
Total	3.8	4.2	4.6	5.0	5.2	5.5	3.9	4.2	4.6	4.9	5.2	6.0
Dependência Administrativa												
Estadual	3.9	4.3	4.9	5.1	5.4	5.8	4.0	4.3	4.7	5.0	5.3	6.1
Municipal	3.4	4.0	4.4	4.7	4.9	5.3	3.5	3.8	4.2	4.5	4.8	5.7
Privada	5.9	6.0	6.4	6.5	6.7	6.8	6.0	6.3	6.6	6.8	7.0	7.5
Pública	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9	5.3	3.6	4.0	4.4	4.7	5.0	5.8

Figura 1 – Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Fonte: Dados obtidos no portal do MEC (2016)

Os dados obtidos na pesquisa deixam claro: a melhoria no desempenho dos alunos nas séries iniciais em que a média obtida 5,5 supera a meta estabelecida de 5,2. Mesmo assim, a média é muito baixa, o Brasil precisa almejar médias maiores e colocar o ensino em um patamar de excelência. Outro ponto a ser analisado, é o rendimento maior das escolas privadas em relação à pública, porque se estabelece meta 7,0 para o ensino privado e 5,3 para o ensino Estadual; 4,8 para o ensino Municipal e 5,0 para o ensino público?

O problema do rendimento escolar, parece se acentuar nos anos finais do Ensino Fundamental, as médias estão abaixo de 5,0, a média total em 2015 encontra-se em 4,5, remetendo ao raciocínio de que a formação superior docente também não está satisfatória, para se obter qualidade. Não se pode esperar a promoção humana com o aprendizado inferior a 50% do conhecimento necessário ao final dos ciclos de escolaridade. Não se pode conceber a ideia de metas tão baixas, o mínimo que se deveria propor para 2021 seria a média 7,0 para todas as redes responsáveis pela educação fundamental. Os números a seguir (Figura 2) mostram essa realidade:

	IDEB Observado						Metas					
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2021
Total	3.5	3.8	4.0	4.1	4.2	4.5	3.5	3.7	3.9	4.4	4.7	5.5
Dependência Administrativa												
Estadual	3.3	3.6	3.8	3.9	4.0	4.2	3.3	3.5	3.8	4.2	4.5	5.3
Municipal	3.1	3.4	3.6	3.8	3.8	4.1	3.1	3.3	3.5	3.9	4.3	5.1
Privada	5.8	5.8	5.9	6.0	5.9	6.1	5.8	6.0	6.2	6.5	6.8	7.3
Pública	3.2	3.5	3.7	3.9	4.0	4.2	3.3	3.4	3.7	4.1	4.5	5.2

Figura 2 – Anos finais do Ensino Fundamental

Fonte: Dados obtidos no portal do MEC (2016)

Entende-se ao analisar os dados expostos no quadro, que o aumento desses índices, mesmo se enfatizando na melhoria das bases que compõem esses índices, não acontecem

rapidamente. Mas, estabelece-se a crítica de que as metas acrescentam apenas 1,2 pontos de acréscimo à média total entre 2005 e 2015, e mesmo com todo o avanço conferido certamente pela variável tempo, a década 2011-2021 um avançará 0,2 na média total em relação à década anterior em crescimento nos índices da média, que se espera ser de 1,4 o avanço total. Isto é, espera-se que não haja salto significativo no ritmo das ações e não se almeja ao menos o dobro do crescimento da década anterior para a próxima.

Mesmo assim, nada se fará sem que aconteçam planejamento e ações na educação, e sem que se tenha um olhar especial ao professor. Muito se exige de sua atuação e pouco se faz por ele. A começar pela sua formação Superior e continuada, que poderiam ser apoiadas financeiramente. Em contrapartida, este deve estar ciente ao escolher a profissão, que exige formação continuada para dar conta das mudanças provocadas pelas reformas educacionais, atualização e melhora nos conhecimentos da sua disciplina, Brzezinski (2008, p. 1147) afirma: "A educação continuada de professores assenta-se na concepção de educação que se realiza ao longo da vida".

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar em formação de professores configura-se em uma ação indissociável a práxis pedagógica dos docentes, independentemente do nível de ensino a que se destina. As reflexões e os dados descritos e analisados nesse texto remetem a compreensões que espelham determinadas realidades circunscritas no campo da Educação Brasileira que precisam ser reelaboradas a partir de uma concepção de Educação que priorize a formação Humana transformadora da realidade.

Diante dos fatos apresentados, tanto os dados relativos ao IDEB como os depoimentos das experiências dos docentes do ensino superior das faculdades de Curitiba e de Ponta Grossa reforçam a ideia que se configurou no Brasil, ou especificamente no Paraná, ou seja, percebe-se que a educação se estabelece diante de um ciclo de formação que perpetua e que se revela a cada ano mais preocupante e distanciado de uma formação humana que se concretize de forma que o ser humano tenha possibilidade, segundo Saviani (1991) , por meio da apropriação dos saberes socialmente produzidos de buscar melhores condições de vida. Portanto, ainda segundo o mesmo autor, o acesso mais amplo e aprofundado, o mais crítico e compreensivo, sobre a cultura historicamente produzida pelo homem, deve estar garantida a todos os indivíduos, independentemente do nível de escolarização a que se encontre, para que desenvolva neste mesmo indivíduo todas as capacidades de pensar, sentir, expressar-se, conviver e transformar. A educação deve contemplar na sua essência a concepção de homem

a partir de um contexto histórico em que se situa e as relações sociais que o determinam, segundo Marx o homem é um sujeito histórico produto das relações sociais.

Nessa perspectiva é possível compreender que a formação humana, neste texto, a formação docente, interfere diretamente no modo de agir, pensar e de ensinar, o que reflete de forma significativa na maneira que vai desempenhar seu papel na sociedade.

A formação humana se constitui inerente ao ser humano em todas as fases de seu desenvolvimento pessoal e profissional, e a Educação formal, neste contexto constitui como uma ferramenta emancipatória para muitas realidades presentes na sociedade, talvez a escola, traduz para muitas crianças e jovens a única possibilidade de superação das condições em que vivem.

Nessa ótica, é inerente a nossa responsabilidade enquanto educador, pensar e reestruturar a cada dia o nosso processo formativo, precisa-se urgentemente reverter este ciclo de ineficiências, mas para além de diagnosticar problemas e culpados, se há que existe culpados diante do cenário apresentado, é repensar estratégias de formação, é agir de forma mais completa, de forma mais articulada, de forma mais enriquecedora e de forma mais coletiva e colaborativa entre os diversos setores da sociedade.

A educação formal isolada não modifica sozinha toda uma organização social, mas proporciona o ponto de partida, neste viés precisa-se investir nas formações, a possibilidade de disseminar as reflexões aqui apresentadas pode ser o início de grandes transformações no campo educacional e consequentemente na sociedade em geral. Os desafios são no mínimo alarmantes e complexos, porém não inviáveis.

Cabe a cada educador/ professor, tanto do ensino superior quanto da educação básica, rever a sua responsabilidade e pensar em ações que possam contribuir para mudança deste cenário, aproximar a faculdade da educação básica se apresenta como uma possibilidade enriquecedora de discussões e possibilidades de desenvolver ações que contemplem oportunidades de trocas de experiências e ideias que formulem um diagnóstico mais próximo da realidade estabelecida e para, além disso, proporcionar elementos necessários para possíveis ações de superação e melhora gradativa na qualidade de ensino.

Entender a formação de professores é outro aspecto fundamental para o processo de mudança, no entanto é necessário compreender que este processo formativo está para além dos cursos externos, seja de nível de aperfeiçoamento como de nível *stricto sensu*, não que estes não tenham significativas contribuições, mas para além destas formações são imprescindíveis as que se estabelecem no cotidiano das instituições nos momentos de planejamento, de reuniões pedagógicas, na atuação dos coordenadores de curso e durante as

aulas, pois o ser humano constitui e é constituído ao mesmo tempo, então o processo de formação é por meio de uma reciprocidade que transita entre professores, alunos, coordenadores e a sociedade em geral

Mudanças nas políticas públicas, sem dúvida precisam ser pontuadas e reestabelecidas a partir de grandes discussões contemplando os diversos setores da sociedade.

Diante das proposições feitas para contribuir para o desvelamento dos problemas aqui elencados, como a questão se a qualidade de ensino e/ou a sua ausência ou ineficiência é devido à formação de Ensino Superior ou da formação da Educação Básica? Possa ser um disparador de futuras pesquisas e reflexões a cerca das diversas contradições estabelecidas no campo da Educação.

Este texto não tem como objetivo responder as problematizações expostas, e sim proporcionar elementos que enriqueçam a formação de professores em todos os momentos de sua práxis pedagógica e que de forma mais próxima possível possa-se trilhar um caminho de superação em que a faculdade e a educação básica estejam mais articuladas e em um processo de construção coletiva de ações e reflexões que possam elucidar uma melhora gradativa na educação de modo geral.

REFERÊNCIAS

- BRZEZINSKI, Iria. Políticas contemporâneas de formação de professores para os anos iniciais do ensino fundamental. **Educação e Sociedade**. v. 29, n. 105, p. 1139-1166, set./dez. 2008. Disponível em: www.cedes.unicamp.br. Acesso em: 30 mai. 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 10 mai. 2017.
- CASTELLI, Maria Dinora Baccin, **A formação docente no contexto do ensino superior**. In: Seminário de Pesquisa da Região Sul - IX AnpedSul, 2012. Disponível em: http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Formacao_de_Professores/Trabalho/12_13_00_2595-7178-1-PB.pdf. Acesso em: 10 mai. 2017.
- FERREIRA, Naura Syria Carapeto, BITTENCOURT, Agueda Bernadete (Orgs) **Formação humana e gestão da educação: a arte de pensar ameaçada**. São Paulo: Cortez, 2008.
- GATTI, Bernadete Angelina. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, 2010.
- GATTI, Bernadete Angelina; NUNES, Maria Muniz Rossa, (Org.). **Formação de professores para o ensino fundamental: estudo de currículos das licenciaturas em Pedagogia, Língua Português, Matemática e Ciências Biológicas**. Textos FCC, São Paulo, v. 29, 2009.

IANNI, Octavio. O cidadão do mundo. *In*: LOMBARDI, José; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luis. **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas, SP: Aurores Associados, HISTEDEBR, 2002.

LOMBARDI, José Claudinei. (Org) **Crise capitalista e educação brasileira**. Uberlândia, MG: Navegando Publicações, 2016.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MELLO, Guiomar Namó de. Formação inicial de professores para a educação básica: uma (re)visão radical. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 1, p.98-110, mar. 2000. FAPUNIFESP (SCIELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-88392000000100012>. Acesso em: 13 mai. 2017.

NASCIMENTO, Franc-lane Sousa Carvalho do; CABRAL, Carmen Lúcia Oliveira. **Formação inicial e a prática pedagógica do professor dos anos iniciais do ensino fundamental**. 2010. Disponível em: http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.3/GT_03_11_2010.pdf. Acesso em: 13 mai. 2017.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico crítica: Primeiras aproximações**. 2. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

TEIXEIRA, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio. **IDEB - Resultados e Metas**. 2016. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em: 30 mai. 2017.